

# **Corredor Logística e Infraestrutura S.A. e Controladas**

Relatório sobre a Revisão de  
Informações Financeiras Intermediárias  
Individuais e Consolidadas para o  
Trimestre Findo em 31 de Março de 2024

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

## RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Aos Acionistas, ao Conselho de Administração e aos Administradores da  
Corredor Logística e Infraestrutura S.A.

### **Introdução**

Revisamos as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, da Corredor Logística e Infraestrutura S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2024, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - “Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

### **Alcance da revisão**

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - “Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### **Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas**

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) e a norma internacional IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte [www.deloitte.com/about](http://www.deloitte.com/about)

A Deloitte fornece serviços de auditoria e asseguração, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500® e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em [www.deloitte.com](http://www.deloitte.com).

## Outros assuntos

### *Demonstrações do valor adicionado*

As informações financeiras intermediárias anteriormente referidas incluem as demonstrações do valor adicionado - DVA, individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins da norma internacional IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das Informações Trimestrais - ITR, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações financeiras intermediárias e os registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e de forma consistente em relação às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 9 de maio de 2024

  
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC nº 2 SP 011609/O-8

  
Danilo Namura Lombardoso  
Contador  
CRC nº 1 SP 278829/O-3

CORREDOR LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA S.A. E CONTROLADAS

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE MARÇO DE 2024  
(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/03/2024	31/12/2023 (reapresentado)	31/03/2024	31/12/2023 (reapresentado)			31/03/2024	31/12/2023		
ATIVO CIRCULANTE						Passivo Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3	125.322	80.634	409.250	327.421	Fornecedores	13.1	3.272	4.417	19.272	21.336
Contas a Receber	4	2.827	3.543	16.920	27.811	Debêntures	17	31.632	16.679	99.423	50.477
Estoques	5	2.581	2.657	6.928	10.093	Obrigações trabalhistas	15	5.106	7.951	20.985	28.744
Tributos a recuperar	7	8.870	10.024	34.904	35.266	Obrigações tributárias	15	2.243	1.514	23.907	21.814
Partes relacionadas	6	7.416	31.150	21.210	17.371	Passivo de arrendamento	14	13.596	12.905	30.247	29.343
Outros créditos		1.500	1.584	2.199	5.014	Partes relacionadas	6	175	-	199.847	187.860
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE		148.516	129.592	491.411	422.976	Dividendos a pagar	6	-	-	-	5.500
						Ações preferenciais resgatáveis e conversíveis	19	26.387	1.876	26.387	1.876
						Outras contas a pagar	13.2	8.989	7.210	20.579	22.298
						Total do Passivo Circulante		91.400	52.552	440.647	369.248
ATIVO NÃO CIRCULANTE						PASSIVO NÃO CIRCULANTE					
Estoques	5	-	-	7.033	5.445	Debêntures	17	404.603	404.337	1.367.286	1.366.457
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	11.232	11.911	118.020	102.257	Ações preferenciais resgatáveis e conversíveis	19	505.782	505.782	505.782	505.782
Ativo indenizatório	2.6	-	-	57.613	57.613	Passivo de arrendamento	14	84.087	81.256	169.177	163.613
Depósitos judiciais	18	-	-	6.455	3.890	Partes relacionadas	6	2.757	2.640	2.757	2.640
Propriedades para investimentos	8	972	972	972	972	Provisão para riscos	18	-	-	63.507	60.917
Investimentos	9	433.249	436.921	63	63	Outras contas a pagar	13.2	5.047	6.059	5.046	6.059
Imobilizado	11	218.535	220.523	748.466	766.350	TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE		1.002.276	1.000.074	2.113.555	2.105.468
Direito de uso	10	74.828	72.038	169.054	164.521	TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE		1.093.676	1.052.626	2.554.202	2.474.716
Intangível	12	443.068	451.417	1.481.456	1.508.489	Patrimônio Líquido	20				
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		1.181.884	1.193.782	2.589.132	2.609.600	Capital Social		210.822	210.822	210.822	210.822
						Reservas de capital		93.031	93.031	93.031	93.031
						Reserva de Lucros		6.911	6.911	6.911	6.911
						Ajuste acumulado de conversão		100.445	100.445	100.445	100.445
						Prejuízos acumulados		(174.485)	(140.461)	(174.485)	(140.461)
						Participação de Não Controladores		236.724	270.748	236.724	270.748
								-	-	289.617	287.112
						TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		236.724	270.748	526.341	557.860
TOTAL ATIVO		1.330.400	1.323.374	3.080.543	3.032.576	TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.330.400	1.323.374	3.080.543	3.032.576

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

CORREDOR LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA S.A. E CONTROLADA

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o lucro básico e diluído por lote de mil ações apresentado em reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/03/2024	31/03/2023	31/03/2024	31/03/2023
Receita operacional líquida	23	35.248	27.248	194.683	148.075
Custo dos serviços prestados	24	(19.172)	(18.955)	(86.141)	(82.394)
<b>Lucro Bruto</b>		<b>16.076</b>	<b>8.293</b>	<b>108.542</b>	<b>65.681</b>
Receitas (despesas) operacionais:					
Despesas gerais e administrativas	24	(5.336)	(19.511)	(28.039)	(23.760)
Resultado de equivalência patrimonial	9	(3.672)	(29.007)	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais	24	179	(990)	(31.324)	(38.252)
<b>Resultado operacional antes do resultado financeiro</b>		<b>7.247</b>	<b>(41.215)</b>	<b>49.179</b>	<b>3.669</b>
Receitas Financeiras	25	2.054	3.932	9.071	17.854
Despesas Financeiras	25	(42.744)	(50.395)	(81.481)	(94.452)
Variações cambiais, líquidas	25	354	(226)	952	(826)
<b>Resultado financeiro líquido</b>		<b>(40.336)</b>	<b>(46.689)</b>	<b>(71.458)</b>	<b>(77.424)</b>
<b>Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>(33.089)</b>	<b>(87.904)</b>	<b>(22.279)</b>	<b>(73.755)</b>
Imposto de renda e contribuição social corrente	16	(256)	-	(25.003)	(15.916)
Imposto de renda e contribuição social diferido	16	(679)	297	15.763	8.347
<b>Prejuízo do período</b>		<b>(34.024)</b>	<b>(87.607)</b>	<b>(31.519)</b>	<b>(81.324)</b>
Atribuível a					
Participação dos acionistas da Companhia		(34.024)	(87.607)	(34.024)	(87.607)
Participação dos acionistas não controladores		-	-	2.505	6.283
Prejuízo básico por ação (expresso em R\$ por ação)	21	(0,21)	(0,35)	-	-
Prejuízo básico diluído por ação (expresso em R\$ por ação)	21	(0,21)	(0,35)	-	-

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

CORREDOR LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES  
PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2024  
(Em milhares de reais - R\$)

---

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/2024</u>	<u>31/03/2023</u>	<u>31/03/2024</u>	<u>31/03/2023</u>
Prejuízo do período	<u>(34.024)</u>	<u>(87.607)</u>	<u>(31.519)</u>	<u>(81.324)</u>
Prejuízo abrangente do período	<u>(34.024)</u>	<u>(87.607)</u>	<u>(31.519)</u>	<u>(81.324)</u>
ATRIBUÍVEL À				
Participação dos acionistas da controladora	(34.024)	(87.607)	(34.024)	(87.607)
Participação dos acionistas não controladores	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.505</u>	<u>6.283</u>
Total	<u>(34.024)</u>	<u>(87.607)</u>	<u>(31.519)</u>	<u>(81.324)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações financeiras intermediárias individuais e co

CORREDOR LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONTROLADORA E CONSOLIDADO)  
 PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2024  
 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota Explicativa	Atribuído à participação dos controladores							Participação dos acionistas não controladores	Total	
		Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reservas de lucros		Reserva de incentivos fiscais	Ajuste acumulado de conversão			Prejuízos acumulados
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		210.822	473.031	-	-	6.911	100.445	(98.333)	692.876	384.138	1.077.014
Lucro (prejuízo) do período		-	-	-	-	-	-	(87.607)	(87.607)	6.283	(81.324)
EM 31 DE MARÇO DE 2023 (reapresentado)	20	210.822	473.031	-	-	6.911	100.445	(185.940)	605.269	390.421	995.690
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		210.822	93.031	-	-	6.911	100.445	(140.461)	270.748	287.112	557.860
Lucro (prejuízo) do período		-	-	-	-	-	-	(34.024)	(34.024)	2.505	(31.519)
EM 31 DE MARÇO DE 2024	20	210.822	93.031	-	-	6.911	100.445	(174.485)	236.724	289.617	526.341

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

## CORREDOR LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO  
PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2024  
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/03/2024	31/03/2023	31/03/2024	31/03/2023
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>					
Prejuízo do período antes do imposto de renda e da contribuição social		(33.089)	(87.904)	(22.279)	(73.755)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:					
Depreciação e amortização	24	12.760	12.549	53.084	52.951
Encargos financeiros reconhecidos no resultado, líquidos	25	42.160	50.013	79.814	87.199
Provisão para participações nos resultados e bônus		3.522	-	5.798	-
Provisão para riscos, líquido	18	-	-	-	841
Resultado de equivalência patrimonial	9	3.672	29.007	-	-
Atualização de saldos a pagar em combinação de negócios		-	-	6.482	10.030
Provisão para perdas de crédito esperadas	4	-	-	-	5
Outros		-	-	-	-
		<u>29.025</u>	<u>3.665</u>	<u>122.899</u>	<u>77.271</u>
Redução/(aumento) em ativos:					
Contas a receber de clientes		716	6.734	9.721	(7.831)
Estoques		76	(56)	1.577	33
Impostos a recuperar		1.154	921	749	(9.883)
Partes relacionadas ativo		2.552	(1.436)	1.491	(2.587)
Depósitos judiciais		-	-	(2.565)	-
Outros ativos circulantes e não circulantes		84	1.270	2.178	(3.686)
Aumento (redução) em passivos:					
Fornecedores		(1.145)	(1.261)	(296)	(9.798)
Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais		(5.535)	1.469	(12.099)	11.105
Provisão para riscos		-	-	2.590	-
Partes relacionadas		292	-	292	15.718
Outros passivos circulantes e não circulantes		<u>1.098</u>	<u>(3.152)</u>	<u>(2.040)</u>	<u>4.491</u>
Caixa gerado pelas atividades operacionais		<u>28.317</u>	<u>8.154</u>	<u>124.497</u>	<u>74.833</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos		(359)	-	(24.368)	(73.470)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>27.958</u>	<u>8.154</u>	<u>100.129</u>	<u>1.363</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>					
Adições no ativo imobilizado e intangível	11 e 12	(944)	(1.111)	(4.745)	(9.325)
Recebimento de dividendos de controlada	20	<u>21.182</u>	-	-	-
Caixa líquido gerado / aplicado nas atividades de investimentos		<u>20.238</u>	<u>(1.111)</u>	<u>(4.745)</u>	<u>(9.325)</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>					
Pagamento de principal de passivo de arrendamento	14	(757)	(507)	(1.661)	(1.268)
Juros pagos de passivo de arrendamento	14	(2.751)	(2.713)	(6.394)	(6.320)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos a acionistas não controladores de controlada		-	-	(5.500)	-
Caixa líquido gerado / aplicado nas atividades de financiamentos		<u>(3.508)</u>	<u>(3.220)</u>	<u>(13.555)</u>	<u>(7.588)</u>
<b>VARIAÇÃO LÍQUIDA EM CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA</b>		<u>44.688</u>	<u>3.823</u>	<u>81.829</u>	<u>(15.550)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		80.634	135.534	327.421	563.847
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período		125.322	139.357	409.250	548.297
<b>VARIAÇÃO LÍQUIDA EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<u>44.688</u>	<u>3.823</u>	<u>81.829</u>	<u>(15.550)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

CORREDOR LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA S.A E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO  
PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2024  
(Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2024	31/03/2023	31/03/2024	31/03/2023
Receitas	37.173	28.285	213.145	154.860
Receita de contrato com clientes	36.994	29.275	212.717	159.525
Outras receitas	179	(990)	428	(4.670)
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	5
Insumos adquiridos de terceiros	(3.372)	(19.949)	(49.877)	(42.818)
Custos das mercadorias revendidas e das prestações de serviços	(355)	(37.270)	(33.711)	(55.915)
Materiais, energia, serviços de terceiros	(3.017)	17.321	(16.166)	13.097
Valor adicionado bruto	33.801	8.336	163.268	112.042
Depreciações e amortizações	(12.760)	(12.549)	(53.084)	(52.951)
Valor adicionado produzido pela Entidade	21.041	(4.213)	110.184	59.091
Valor adicionado recebido em transferência	(1.161)	(25.075)	9.278	18.205
Resultado de equivalência patrimonial	(3.672)	(29.007)	-	-
Receitas financeiras	2.511	3.932	9.278	18.205
Valor adicionado total a distribuir	19.880	(29.288)	119.462	77.296
Distribuição do valor adicionado	19.880	(29.288)	119.462	77.296
Pessoal	7.272	5.326	35.112	23.240
Remuneração direta	5.874	4.477	29.191	17.322
Benefícios	1.210	724	5.733	4.856
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS	188	125	188	1.062
Impostos, taxas e contribuições	3.661	1.932	28.472	31.183
Federais	2.386	1.223	18.832	24.725
Estaduais	-	-	-	18
Municipais	1.275	709	9.640	6.440
Remuneração de capitais de terceiros	42.971	51.061	87.398	104.197
Despesas financeiras	42.848	50.621	80.794	93.727
Aluguéis	123	440	123	440
Outros	-	-	6.481	10.030
Remuneração de capitais próprios	(34.024)	(87.607)	(31.520)	(81.324)
Prejuízos retidos no período	(34.024)	(87.607)	(34.024)	(87.607)
Participação dos acionista não controladores	-	-	2.504	6.283

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

## CORREDOR LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS  
REFERENTE AO PERÍODO DE TRÊS MESES FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2024  
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado)

---

### 1. INFORMAÇÕES DA COMPANHIA

#### 1.1. Contexto operacional

A Corredor Logística e Infraestrutura S.A. (“Companhia” ou “CLI”) é uma sociedade anônima com sede na cidade de São Paulo, SP, constituída em 21 de outubro de 2011.

A Companhia tem como objeto social e atividade preponderante, diretamente ou pela participação em outras Companhias, a exploração de serviços auxiliares aos transportes aquaviários; serviços auxiliares ao transporte rodoviário de cargas em geral; serviços auxiliares ao transporte de carga em geral (logística de transporte ou agente de transportadoras); agenciamento marítimo e operador portuário; serviços de depósito; logística de depósito; consultoria de transportes em geral; polo de transbordo rodoviário e ferroviário; armazenamento de cereais e correlatos e serviços correlatos.

#### Concessão do Terminal de Grãos do Maranhão

A Companhia possui 25% de participação do Consórcio Tegram-Itaqui (“Consórcio”), que tem sua sede localizada na Avenida dos Portugueses, 100, Área Comum - Terminal de Grãos do Maranhão, em São Luís, no Estado do Maranhão.

O Consórcio foi constituído em 4 de maio de 2012, tendo como objetivo executar todas as obras de construção das áreas comuns do Terminal de Grãos do Maranhão - TEGRAM, localizado no Porto de Itaqui, no Estado do Maranhão, objeto de arrendamento conforme Concorrência Pública nº 01/11 - EMAP. Uma vez construído, também tem como objetivo gerir, operar e prover a manutenção dessas áreas, conforme previsto em Edital de Licitação.

O Consórcio não possui personalidade jurídica e não deverá constituir personalidade jurídica distinta das consorciadas. O objeto do Consórcio será exercido durante o prazo de duração dos contratos de arrendamento dos lotes, que é de 25 anos, encerrando-se em 3 de maio de 2037, de acordo com o Edital de Licitação.

Encerrado o prazo do Consórcio, será de responsabilidade das consorciadas promover a liquidação de todas as obrigações e direitos decorrentes de suas atividades. Parte do Consórcio no Porto de Itaqui, no Maranhão, a CLI opera um dos maiores terminais de grãos do país. Sendo o único operador independente sem nenhum vínculo com qualquer trading ou operador rodo ou ferroviário no Porto de Itaqui.

#### Concessão do terminal portuário Elevações Portuárias S.A. (“EPSA”)

A Companhia, através de sua controlada indireta EPSA, detém a concessão de serviços de terminais portuários no Porto de Santos, cuja abrangência e término encerra-se em março de 2036. A EPSA é prestadora de serviços no setor de logística (armazenagem e elevação), principalmente destinados à exportação de commodities e oferece uma solução integrada de movimentação, armazenagem e embarque.

Os contratos de concessão serão extintos por: término do prazo contratual; encampação; caducidade; rescisão; anulação e falência; ou extinção da concessionária. Na eventualidade de ocorrer extinção de alguma das concessões, os principais efeitos seriam os seguintes:

- Retornariam ao poder concedente (União) todos os direitos e privilégios transferidos, junto com os bens arrendados e aqueles resultantes de investimentos que forem declarados reversíveis pela União por serem necessários à continuidade da prestação do serviço concedido e;
- Os bens declarados reversíveis seriam indenizados pela União tendo como base o valor residual do custo, apurado pelos registros contábeis, depois de deduzidas as depreciações; tal custo estaria sujeito a avaliações técnicas e financeiras por parte da União.

## 2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

### 2.1. Declaração de conformidade

As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas da Companhia referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2024 foram elaboradas de acordo com a Deliberação CVM 673 de 20 de outubro de 2011, que aprova o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) Demonstração Intermediária e a IAS 34 “*Interim Financial Reporting*” emitida pelo “*International Accounting Standards Board - IASB*”.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – (“CPC”) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas estão consistentes com aquelas adotadas e divulgadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e, portanto, ambas devem ser lidas em conjunto.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

### 2.2. Base de elaboração

As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados aos seus valores justos no final de cada período de relatório, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nestas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas é determinado nessa base, exceto por operações de arrendamento mercantil que estão inseridas no escopo do CPC 06 (R2) – Arrendamentos (equivalente à IFRS 16) e mensurações que tenham algumas similaridades ao valor justo, mas não sejam valor justo, como valor líquido realizável mencionado no CPC 16 (R1) - Estoques (equivalente ao IAS 2) ou valor em uso na CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (equivalente à IAS 36).

O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

A preparação das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, requer que a Administração faça julgamentos e adote premissas e estimativas que afetam a aplicação das políticas e os montantes divulgados de ativos e passivos, receitas e despesas. Essas estimativas e premissas associadas baseiam-se na experiência e em diversos outros fatores que se supõem serem razoáveis em virtude das circunstâncias. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. Vide nota explicativa 2.5 para maiores detalhes.

### 2.3. Bases de Consolidação

#### a) Investimento em controlada

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas informações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas informações financeiras intermediárias individuais, os investimentos em controladas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. As informações financeiras das controladas são elaboradas para a mesma data-base de apresentação da controladora. Sempre que necessário, são realizados ajustes para adequar as políticas contábeis às da Companhia.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, a parcela atribuível à Companhia sobre o lucro líquido ou prejuízo do exercício desses investimentos é registrada na demonstração do resultado da controladora em “resultado de equivalência patrimonial”.

Todos os saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intragrupo, são eliminados por completo. Os outros resultados abrangentes de controladas são registrados diretamente no patrimônio líquido da Companhia em “outros resultados abrangentes”.

b) Investimento em coligadas

Uma coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia possui influência significativa e que não se configura como uma controlada nem uma participação em uma joint venture. Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da investida, sem exercer controle individual ou conjunto sobre essas políticas.

Os resultados e os ativos e passivos de coligadas são incorporados nestas informações financeiras pelo método de equivalência patrimonial, exceto quando o investimento é classificado como mantido para venda, caso em que ele é contabilizado de acordo com a IFRS 5 (CPC 31).

Um investimento em uma coligada é contabilizado pelo método de equivalência patrimonial a partir da data em que a investida se torna uma coligada. Na aquisição do investimento em uma coligada, qualquer excedente do custo do investimento sobre a participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da investida é reconhecido como ágio, que é incluído no valor contábil do investimento. Qualquer excedente da participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis sobre o custo do investimento, após a reavaliação, é imediatamente reconhecido no resultado do período em que o investimento é adquirido.

Abaixo é apresentada a relação de controladas diretas e indiretas da Companhia, bem como o investimento em coligada, em 31 de março de 2024 e 31 de dezembro de 2023:

	<u>31/03/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Participação direta:		
CLI SUL S.A.	100%	100%
Participação indireta:		
Elevações Portuárias S.A.	80%	80%
Participação em coligada:		
Tegram Operações Portuárias S.A. ("TOP S.A.")	25%	25%

c) Participação de não controladores

A Companhia elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição. Mudanças na participação da Companhia em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

2.4. Moeda funcional e moeda de apresentação

As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e suas controladas, localizada no Brasil, uma vez que é a moeda do ambiente econômico primário em que opera, geram e consomem recursos.

Os ativos e passivos decorrentes de operações no exterior, são convertidos para reais utilizando-se as taxas de câmbio da data do balanço. As receitas e despesas das operações no exterior são convertidas para reais utilizando-se as taxas de câmbio nas datas das transações.

## 2.5. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas exige que a Administração faça julgamentos e estimativas e estabeleça premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas a seguir descritas são revisadas continuamente.

Os efeitos decorrentes das revisões feitas nas estimativas contábeis são reconhecidos no exercício ou período em que as estimativas são revistas se a revisão afetar apenas esse exercício ou período, ou também em exercícios ou períodos subsequentes se a revisão afetar os resultados futuros.

De modo a proporcionar um entendimento de como a Companhia e suas controladas formam seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive quanto a variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, são incluídos comentários referentes a alguns assuntos, conforme segue:

### (i) Vida útil do ativo imobilizado

A Companhia e suas controladas reconhecem a depreciação de seu ativo imobilizado com base em vida útil estimada, que é baseada nas suas práticas e experiência prévia e refletem a vida econômica desses ativos. Entretanto, as vidas úteis reais podem variar em decorrência de diversos fatores. As vidas úteis do imobilizado também afetam os testes de recuperação de seu custo.

### (ii) Redução dos valores de recuperação dos ativos

A cada encerramento de exercício, a Companhia e sua controlada revisam o saldo do ativo imobilizado, avaliando a existência ou não de indicativos de que esses ativos têm sofrido redução em seus valores de recuperação (valor em uso). Na existência de tais indicativos, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando o ativo não gera fluxos de caixa separadamente dos outros ativos, a Companhia e sua subsidiária calculam o valor recuperável da unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence.

O valor recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos de alienação e o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflete uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para os quais a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o valor recuperável de um ativo calculado for menor que o seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

### (iii) Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas esperadas

É constituída em montante considerado suficiente pela Administração da Companhia e suas controladas para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos vencidos e a vencer, considerando o conceito de perdas esperadas do pronunciamento técnico CPC 48 (equivalente à IFRS 9).

(iv) Provisão para custos portuários

Outras contas a pagar incluem provisões operacionais que são decorrentes de custos portuários (navegação), provisão para “*demurrage*”, estadia e outros gastos operacionais, cujos serviços já foram prestados e/ou os produtos foram entregues pelos fornecedores, gerando uma obrigação presente para a Companhia no final de cada período de relatório, estimada com base nos termos contratuais junto aos seus fornecedores ou de acordo com a experiência histórica acumulada.

A seguir apresentamos os principais custos portuários incorridos pela Companhia e suas controladas:

- Provisão para “*demurrage*”: Quando o tempo de operação e espera do navio ultrapassa o tempo acordado em contrato de afretamento existirá o custo a ser repassado na cadeia logística.
- Provisão para estadia: Estadia rodoviária paga para os veículos que levaram mais de 24h desde a sua chegada no pátio regulador até sua efetiva descarga na moega. Cada contrato possui parâmetros próprios para ressarcimento de custos de estadia.
- “*Laytime*” (Estadia de navio): Para alguns contratos da EPSA, o terminal Elevações Portuárias possui a responsabilidade quanto ao “*laytime*” (estadia) dos navios dos clientes. Portanto, incorre em valor a pagar pelo Terminal ao Embarcador, que posteriormente paga ao afretador que por fim repassa para o Armador no caso de custo. Para os casos de prêmio é seguido o caminho inverso.

(v) Provisão para riscos

A Companhia e suas controladas são parte em processos judiciais como descrito na nota explicativa nº 18. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados externos.

A Administração acredita que as provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

(vi) Arrendamento

A estimativa da taxa incremental sobre empréstimos é elaborada usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado), quando disponíveis, e considerando nessa estimativa aspectos que são específicos da Companhia (como o *rating* de crédito);

2.6. Reapresentação dos valores correspondentes

Os valores correspondentes estão sendo reapresentados e respectivas notas explicativas, em conformidade com o CPC 23/ IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Erro e CPC 26(R1) / IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Contábeis, em decorrência do ajuste final da alocação do preço da aquisição da Elevações Portuárias S.A. (“EPSA”) e certos aprimoramentos para melhor apresentação e clareza aos usuários das demonstrações financeiras. Os impactos estão demonstrados abaixo:

DMPL – 31 de março de 2023

	Atribuído à participação controladores							
	Capital social	Reserva de capital	Reserva de incentivos fiscais	Ajuste acumulado de conversão	Prejuízos acumulados	Total	Participação dos acionistas não controladores	Total
Saldo em 31 de março de 2023 (originalmente apresentar)	210.822	473.031	6.911	100.445	(156.405)	634.804	354.009	988.813
Ajustes no saldo de abertura	-	-	-	-	(29.535)	(29.535)	36.412	6.877
Saldo em 31 de março de 2023 (reapresentando)	<u>210.822</u>	<u>473.031</u>	<u>6.911</u>	<u>100.445</u>	<u>(185.940)</u>	<u>605.269</u>	<u>390.421</u>	<u>995.690</u>

## Balço patrimonial – 31 de dezembro de 2023

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2023 (Original)	Reclassificação	31/12/2023 (Reapresentado)	31/12/2023 (Original)	Reclassificação	31/12/2023 (Reapresentado)
Imobilizado	3.164	217.359	220.523	55.393	710.957	766.350
Intangível	668.776	(217.359)	451.417	2.219.446	(710.957)	1.508.489

## 3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

## Composição de caixa e equivalente de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023
Caixa e equivalentes de caixa	18.243	14.086	45.580	23.931
Aplicações financeiras	107.079	66.548	363.670	303.490
Total	<u>125.322</u>	<u>80.634</u>	<u>409.250</u>	<u>327.421</u>

As aplicações financeiras se referem a investimentos em Certificados de Depósitos Bancários (“CDB”), com uma taxa média de remuneração de aproximadamente 93,93% do CDI em 31 de março de 2024 (92,79% do CDI em 31 de dezembro de 2023).

## 4. CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023
Cientes estrangeiros	1.954	2.813	14.688	9.497
Cientes nacionais	709	518	3.176	19.210
Cientes Consórcio Tegram	164	212	164	212
(-) Provisão para perdas de créditos esperadas	-	-	(1.108)	(1.108)
Total	<u>2.827</u>	<u>3.543</u>	<u>16.920</u>	<u>27.811</u>

A Companhia e suas controladas aplicam a abordagem simplificada do IFRS 9/CPC 48 para mensurar as perdas de créditos esperadas. A movimentação é como segue:

	Consolidado	
	31/03/2024	31/12/2023
Saldo Inicial do Período	(1.108)	-
Adição	-	(1.108)
Saldo Final do Período	<u>(1.108)</u>	<u>(1.108)</u>

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da contraprestação que é incondicional, a menos que contenham componentes financeiros significativos, quando são reconhecidas pelo valor justo. A Companhia e suas controladas mantêm as contas a receber de clientes com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, mensurando-as subsequentemente pelo custo amortizado usando o método de juros efetivos.

Para medir as perdas de crédito esperadas, os recebíveis foram agrupados com base nas características de risco de crédito e nos dias vencidos. As taxas de perda esperadas são baseadas nas correspondentes perdas históricas de crédito sofridas. As taxas históricas de perda podem ser ajustadas para refletir informações atuais e prospectivas sobre fatores macroeconômicos que afetam a capacidade dos clientes de liquidar os recebíveis.

#### Redução por perda do valor recuperável

A provisão para perdas de crédito esperadas é constituída com base prospectiva, mediante análise do risco de crédito e do comportamento histórico da inadimplência. Porém a companhia não possui um histórico significativo de inadimplência. Valores apresentados na provisão para perdas de crédito são referentes a processos administrativos por cancelamentos de notas fiscais em órgãos públicos.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023
Créditos a vencer	2.827	3.526	11.042	19.144
Créditos vencidos até 30 dias	-	-	-	5.934
Créditos vencidos de 31 a 60 dias	-	-	3.622	463
Créditos vencidos de 181 a 360 dias	-	-	2.121	1.471
Créditos vencidos acima de 361 dias	-	17	1.243	1.907
<b>Total</b>	<b>2.827</b>	<b>3.543</b>	<b>18.028</b>	<b>28.919</b>

#### 5. ESTOQUE

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023
Peças e acessórios	2.581	2.657	11.186	12.417
Combustíveis e lubrificantes	-	-	661	740
Almoxarifado e outros	-	-	2.114	2.381
<b>Total</b>	<b>2.581</b>	<b>2.657</b>	<b>13.961</b>	<b>15.538</b>

Os saldos estão apresentados líquidos da provisão de estoques obsoletos no montante de R\$6.140 em 31 de março de 2024 e 31 de dezembro de 2023.

Não houve movimentação na provisão referente aos três meses findo em 31 de março de 2024 e no exercício de 2023.

## 6. PARTES RELACIONADAS

A seguir apresentamos os saldos existentes com partes relacionadas não controladas e não consolidadas:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023
Ativo circulante:				
Contas a receber de clientes:				
Elevações Portuárias S.A. (vi)	7.416	9.968	-	-
CLI Sul S.A – (dividendos a receber)	-	21.182	-	-
Raízen Energia S.A. e controladas (v)	-	-	9.157	9.077
Rumo S.A. (ii)	-	-	12.053	8.294
Total ativo circulante	<u>7.416</u>	<u>31.150</u>	<u>21.210</u>	<u>17.371</u>
Passivo circulante:				
Fornecedores:				
Consórcio Tegram-Itaqui (iv)	175	-	175	-
Rumo S.A. (i) e (iii)	-	-	186.022	185.014
Raízen Energia S.A. e controladas (v)	-	-	12.648	6.352
Outros	-	-	1.002	1.994
Total Passivo circulante	<u>175</u>	<u>-</u>	<u>199.847</u>	<u>193.360</u>
Passivo não circulante:				
Fornecedores:				
Outros	2.757	2.640	2.757	2.640
Total Passivo não circulante	<u>2.757</u>	<u>2.640</u>	<u>2.757</u>	<u>2.640</u>

- (i) Os antigos controladores da EPSA terão direito ao recebimento desse montante condicionado a realização de incorporação societária no prazo de 18 meses. O valor atualizado da contraprestação contingente é de R\$166.482 em 31 de dezembro de 2023 (R\$160.000 em 31 de dezembro de 2023). Este valor corresponde a 20% do valor líquido entre a dívida e o caixa existente na data da liquidação. A Companhia considerou, nos termos do CPC 15 (R1) Combinação de negócios (IFRS 3), como contraprestação contingente pelo seu valor justo na data da aquisição o montante de R\$123.693, reconhecida como parte da combinação de negócios. O montante foi integralmente liquidado em 30 de abril de 2024 (vide nota explicativa nº 27).
- (ii) Os saldos de contas a receber, no ativo circulante, são rateios de despesas administrativas entre a controlada EPSA e Rumo S.A. com preços e condições determinados entre as partes, bem como saldo a receber de *demurrage*, sendo que esse montante é compensado com saldos a pagar de mesma natureza com terceiros.
- (iii) O saldo de contas a pagar, no passivo circulante, se referem à locação de armazéns localizados em Itirapina e Jaú, de acordo com o contrato entre as partes, e saldo de R\$10.824 a ser reembolsado à Rumo (vide nota explicativa nº7).
- (iv) Trata-se de antecipação de valores para pagamento das despesas do Consórcio.
- (v) O saldo de contas a receber, no ativo circulante, referem-se a transações comerciais entre a EPSA e a Raízen S.A., parcialmente compensados com provisões de “*demurrage*” a ser pago para a Raízen.
- (vi) O saldo de contas a receber, no ativo circulante, se referem à rateios corporativos de serviços compartilhados com a EPSA.

As operações comerciais, financeiras e societárias envolvendo partes relacionadas são registradas pelos termos e condições estabelecidos em contrato, que poderiam ser diferentes se fossem negociadas com terceiros. Os saldos em aberto no final do exercício não são garantidos, nem estão sujeitos a juros e são liquidados em dinheiro.

Não houve garantias dadas ou recebidas sobre quaisquer contas a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas. Ao final de cada período é realizada análise de recuperação dos valores e receber e neste exercício nenhuma provisão foi reconhecida.

a) Transações com partes relacionadas

	Consolidado	
	31/03/2024	31/03/2023
<hr/>		
Receita operacional líquida:		
Raízen Energia S.A. e controladas (i)	41.121	20.763
Rumo S.A. (iii)	3.825	7.183
Outros	-	1.066
	<u>44.946</u>	<u>29.012</u>
	Consolidado	
	31/03/2024	31/03/2023
<hr/>		
Compras de produtos / insumos:		
Logisport Armazéns Gerais S.A. (ii)	(2.976)	(2.976)
Rumo S.A.	(719)	(719)
Outros	-	(259)
	<u>(3.695)</u>	<u>(3.954)</u>

- (i) A prestação de serviços ao exercício findo em 31 de março de 2024 para a Raízen Energia e a Raízen S.A. se refere à armazenagem e elevação portuária, contratada em condições de mercado (empresas grupo Rumo).
- (ii) A prestação de serviços ao período findo em 31 de março de 2024 e 2023 junto à Logisport Armazéns Gerais S.A. se refere à locação de espaço para armazenagem, de acordo com o contrato entre as partes. (empresas grupo Rumo).
- (iii) A prestação de serviço ao período findo em 31 de março de 2024 e 2023 junto à Rumo S.A. se refere à locação de armazéns localizados em Itirapina e Jaú, de acordo com o contrato entre as partes. (empresas grupo Rumo).

b) Remuneração da Administração

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2024	31/03/2023	31/03/2024	31/03/2023
Salários e bônus	5.054	402	5.054	402
Total	<u>5.054</u>	<u>402</u>	<u>5.054</u>	<u>402</u>

### Pagamentos baseados em ações

A CLI oferece incentivos de longo prazo para altos executivos responsáveis pela implementação de sua estratégia de longo prazo.

### Aprovação do Plano de Pagamentos Baseado em Ações

Em 29 de setembro de 2022 a Companhia aprovou o Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações (“Plano”) da Companhia limitado a 5% do número de ações da Companhia. O plano deu direito aos diretores estatutários de adquirir ações de emissão da Companhia. De acordo com este programa, as opções podem ser exercidas pelo valor justo das ações na data da outorga, podendo ser acrescido de correção monetária, com base na variação do IPCA/IBGE (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo). O Conselho de Administração será o responsável pela administração do Plano.

O plano tem por objetivo permitir a outorga de opção de compra de ações aos diretores estatutários da Companhia, devidamente discutidos e selecionados previamente pelo Conselho de Administração, com vistas a: (i) atrair, motivar e manter vinculados à Companhia executivos de alta performance e estratégicos para o desenvolvimento do seu objeto social; (ii) alinhar os interesses dos diretores estatutários com os dos acionistas da Companhia, incentivando o comprometimento, o engajamento e o senso de participação no negócio explorado pela Companhia; (iii) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos traçados pela Companhia; e (iv) Oferecer aos diretores estatutários uma possibilidade adicional de compartilhar a performance e o sucesso da Companhia.

A aprovação dos efetivos participantes e do número de opções a serem outorgadas a cada um deles serão determinados pelo Conselho de Administração. O Exercício da Opção de Compra pelo Participante não está sujeito ao atingimento de meta individual do Participante nem de metas globais da Companhia, mas sim pela permanência do vínculo do diretor com a Companhia, sendo que a condição de aquisição (“*vesting*”) é de 20% por ano sobre a quantidade de opções recebidas na data da outorga; e a condição de exercício pela ocorrência de um Evento de Liquidez.

Os eventos de liquidez que impactam o exercício da opção de ações estão descritos a seguir:

1. consumação de uma oferta pública secundária de ações da Companhia ou alienação, direta ou indireta, de pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) da sua participação acionária dos acionistas atuais.
2. realização de uma transação primária e/ou secundária, pública ou privada, por meio da qual os Acionistas Originais da Companhia reduzam a sua participação em 40% (quarenta por cento) ou mais da sua participação.
3. alienação, direta ou indireta, pelos Acionistas do controle societário da Companhia desde que haja troca efetiva do controle indireto.

No caso de renúncia ou de desligamento por justa causa do participante, as opções de compra que não tenham sido adquiridas até a data de desligamento, observados os períodos de exercício da opção, serão automaticamente extintas.

Até 31 de março de 2024 e 31 de dezembro de 2023 foram outorgadas 3.219 mil opções de compra de ações cujo valor justo na data da outorga é de R\$4,22 por opção, sendo que durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram adicionadas 247 novas opções.

A despesa é registrada da data da outorga até a data em que o beneficiário adquire o direito ao exercício da opção.

O valor justo do pagamento baseado em ações foi preparado com base em uma abordagem de mercado e está baseado em uma transação de compra e venda das ações da Companhia em termos de mercado.

## 7. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023
PIS	303	279	1.357	1.333
COFINS	1.155	1.065	5.895	5.805
IRPJ/CSLL (1)	7.392	8.656	27.235	28.104
Outros	20	24	417	24
Total	<u>8.870</u>	<u>10.024</u>	<u>34.904</u>	<u>35.266</u>

- 1) Em 2018, a subsidiária, EPSA, entrou com liminar contra a decisão da Receita Federal Brasileira que proibiu a compensação de débitos oriundos de imposto de renda e contribuição social por estimativa. Essa liminar foi derrubada em 2023, com isso, a Companhia efetuou o pagamento de R\$12.850 em 2023, sendo que R\$10.824 poderá ser compensado ou restituído no futuro. O montante pago foi integralmente reembolsado pela Rumo S.A. e uma vez que a Companhia compense ou restitua deverá devolvê-lo.

## 8. PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTOS

O valor da propriedade para investimento refere-se a um terreno no montante de R\$972 em 31 de março de 2024 (R\$972 em 31 de dezembro de 2023), e o valor justo da propriedade em 31 de março de 2024 e 31 de dezembro de 2023 é de R\$972. A Companhia adota a prática manter o ativo a valor contábil.

## 9. INVESTIMENTOS

### a) Composição dos investimentos

Nome da Investida	TOP S.A.	
Tipo de investimento	Investimento em Coligada	
% Participação	25%	
	<u>31/03/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Total do ativo	2.143	2.143
Total do passivo	1.893	1.893
Patrimônio líquido	<u>250</u>	<u>250</u>
Valor do investimento	<u>63</u>	<u>63</u>
Nome da controlada	CLI Sul S.A. (ii)	
Tipo de investimento	Investimentos em controlada direta	
Número de ações	435.001	
Tipo de ações	Ordinárias	
% Participação	100%	

	31/03/2024	31/12/2023 (i)
Total do ativo	2.190.747	2.177.208
Total do passivo	1.467.943	1.453.238
Patrimônio líquido atribuído à participação dos controladores	433.186	436.858
Patrimônio líquido atribuído à participação dos acionistas não controladores (ii)	289.617	287.112
Lucro (prejuízo) do período	(3.672)	37.166
Valor do investimento	<u>433.186</u>	<u>436.858</u>

(i) A CLI Sul possui 80% (oitenta por cento) das ações da EPSA (nota explicativa nº 2.6).

b) Movimentação dos saldos

	TOP S.A.	CLI SUL	Total de investimentos Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>63</u>	<u>785.873</u>	<u>785.936</u>
Equivalência patrimonial	-	37.166	37.167
Redução de capital social de investida	-	(365.000)	(365.000)
Dividendos declarados e não pagos (i)	-	(21.181)	(21.181)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>63</u>	<u>436.858</u>	<u>436.921</u>
Equivalência patrimonial	-	(3.672)	(3.672)
Saldo em 31 de março de 2024	<u>63</u>	<u>433.186</u>	<u>433.249</u>

(i) Os dividendos foram pagos em março de 2024. Para fins de fluxo de caixa, conforme prática contábil da Companhia, esse montante foi apresentado em atividade de investimentos.

## 10. DIREITO DE USO

## a) Controladora

	Vida útil em anos	Saldo contábil 31/12/2023	Adição	Remensuração do Contrato	Depreciação	Saldo contábil 31/03/2024
Concessão – Corredor Logística e Infraestrutura S.A.						
Concessão	15	71.421	-	4.269	(1.419)	74.271
Outros		617	-	-	(60)	557
Total		<u>72.038</u>	<u>-</u>	<u>4.269</u>	<u>(1.479)</u>	<u>74.828</u>

	Vida útil em anos	Saldo contábil 31/12/2022	Adição	Remensuração do Contrato	Depreciação	Saldo contábil 31/12/2023
Concessão – Corredor Logística e Infraestrutura S.A.						
Concessão	15	72.068	-	4.812	(5.459)	71.421
Outros		-	716	-	(99)	617
Total		<u>72.068</u>	<u>716</u>	<u>4.812</u>	<u>(5.558)</u>	<u>72.038</u>

## b) Consolidado

	Vida útil em anos	Saldo contábil 31/12/2023	Adição	Remensuração do Contrato	Depreciação	Saldo contábil 31/03/2024
Corredor Logística e Infraestrutura S.A.						
Concessão	15	71.421	-	4.269	(1.419)	74.271
Outros	2	617	-	-	(60)	557
Elevações Portuárias S.A.						
Concessão	14	92.483	-	3.684	(1.941)	94.226
Total		<u>164.521</u>	<u>-</u>	<u>7.953</u>	<u>(3.420)</u>	<u>169.054</u>

	<u>Vida útil em anos</u>	<u>Saldo contábil 31/12/2022</u>	<u>Adição</u>	<u>Remensuração do Contrato</u>	<u>Depreciação</u>	<u>Saldo contábil 31/12/2023</u>
Corredor Logística e Infraestrutura S.A.						
Concessão	15	72.068	-	4.812	(5.459)	71.421
Outros	2	-	716	-	(99)	617
Elevações Portuárias S.A.						
Concessão	14	94.169	-	5.830	(7.516)	92.483
Total		<u>166.237</u>	<u>716</u>	<u>10.642</u>	<u>(13.074)</u>	<u>164.521</u>

## 11. IMOBILIZADO

A movimentação do ativo imobilizado, é conforme segue:

## a) Controladora

	Depreciação		31/03/2024	31/12/2023
	Custo	Acumulada		
Móveis e utensílios	384	99	285	264
Computadores e periféricos	1.539	1.402	497	523
Máquinas, equipamentos e instalações	241.126	23.373	217.753	219.736
<b>Total</b>	<b>243.049</b>	<b>24.514</b>	<b>218.535</b>	<b>220.523</b>

  

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Máquinas, equipamentos e instalações	Total
	Saldo em 31 de dezembro de 2022	240	384	226.469
Adições	48	256	4.488	4.792
Depreciação no exercício	(24)	(115)	(11.221)	(11.360)
Baixas	-	(2)	-	(2)
Saldo em 31 de dezembro de 2023 (reapresentado)	264	523	219.736	220.523
Adições	28	8	908	944
Depreciação no período	(7)	(34)	(2.891)	(2.932)
Saldo em 31 de março de 2024	285	497	217.753	218.535

## b) Consolidado

	Depreciação		31/03/2024	31/12/2023
	Custo	Acumulada		
Terrenos, edifícios e benfeitorias	210.396	(8.470)	201.926	206.128
Móveis e utensílios	1.504	(580)	924	838
Computadores e periféricos	1.539	(1.042)	497	523
Máquinas, equipamentos e instalações	576.973	(40.930)	536.043	545.381
Obras em andamento	9.076	-	9.076	13.480
<b>Total</b>	<b>799.488</b>	<b>(51.022)</b>	<b>748.466</b>	<b>766.350</b>

	Terrenos, edifícios e benfeitorias	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Obras em andamento	Máquinas, equipamentos e instalações	Total
	Saldo em 31 de dezembro de 2022	189.580	1.109	384	40.506	552.739
Adições	-	48	256	-	4.488	4.792
Depreciação no exercício	(2.191)	(392)	(115)	-	(15.969)	(18.667)
Baixas	-	(75)	(2)	(4.016)	-	(4.093)
Transferências	18.739	148	-	(23.010)	4.123	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023 (reapresentado)	206.128	838	523	13.480	545.381	766.350
Adições	-	177	8	534	908	1.627
Depreciação no período	(4.202)	(91)	(34)	-	(15.184)	(19.511)
Baixas	-	-	-	(4.938)	4.938	-
Saldo em 31 de março de 2024	201.926	924	497	9.076	536.043	748.466

Em 31 de março de 2024 e em 31 de dezembro de 2023 não há bens dados em garantia.

A Administração da Companhia avaliou cada segmento de negócio e concluiu que não há nenhum indicativo que levasse à necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável dos ativos imobilizados para o período findo em 31 de março de 2024 e em 31 de dezembro de 2023.

As vidas úteis estimadas das aquisições de itens novos (bens não reversíveis) para o exercício corrente é a seguinte:

	<u>Vida útil</u>
Móveis e utensílios	10 - 15 anos
Computadores e periféricos	1 - 5 anos
Edifícios e benfeitorias	20 - 25 anos
Máquinas e equipamentos	10 - 15 anos
Instalações	30 anos

## 12. INTANGÍVEL

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/2024</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/03/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Licença de operação	443.068	451.417	1.470.197	1.499.624
Outros	-	-	11.259	8.865
	<u>443.068</u>	<u>451.417</u>	<u>1.481.456</u>	<u>1.508.489</u>

### a) Controladora

	<u>Licença de operação</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022	484.809	484.809
	-	-
Amortização no exercício	(33.392)	(33.392)
	<u>451.417</u>	<u>451.417</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2023 (reapresentado)	-	-
	(8.349)	(8.349)
Amortização no período	443.068	443.068
Saldo em 31 de março de 2024	<u>443.068</u>	<u>443.068</u>

### b) Consolidado

	<u>Licença de operação</u>	<u>Outros</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022 (reapresentado)	1.662.765	8.865	1.671.630
Adições	19.479	-	19.479
Amortização no exercício	(145.610)	-	(145.610)
Baixas	(37.010)	-	(37.010)
Saldo em 31 de dezembro de 2023 (reapresentado)	<u>1.499.624</u>	<u>8.865</u>	<u>1.508.489</u>
Adições	-	3.120	3.120
Amortização mais-valia	(29.427)	(726)	(30.153)
Saldo em 31 de março de 2024	<u>1.470.197</u>	<u>11.259</u>	<u>1.481.456</u>

Baixas em 2023

Refere-se substancialmente a baixa do projeto da cobertura do cais, o qual conclui-se pela sua inviabilidade.

Licença de operação

*Controladora*

Refere-se ao lance inicial do contrato de concessão da Companhia no Tegram-Itaqui, bem como a mais valia do Contrato de Concessão, identificado em combinações de negócio

*Consolidado*

Refere-se a ativo Intangível relacionado a mais valia do Contratos de Concessão, identificado em combinações de negócio quando da aquisição da EPSA pela CLI SUL. Tal montante será amortizado até 2037 de acordo com a vida útil do contrato de concessão detidos pela EPSA.

Os ativos intangíveis são amortizados numa base linear ao longo da sua vida útil estimada, a partir da data em que estão disponíveis para uso ou adquiridos.

Ativo intangível (exceto ágio)	Taxa anual de Amortização - % (Consolidado)
Licença de operação (CLI S.A. - Tegram) e bens de concessão	4,38%
Licença de operação (EPSA) e bens de concessão	3,70%

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de relatório e ajustados, se apropriado.

Em 31 de março de 2024 a Administração da Companhia avaliou cada segmento de negócio e concluiu que não há nenhum indicativo que levasse à necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável dos ativos intangíveis.

13. FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR

13.1. Fornecedores

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023
Fornecedores nacionais	3.272	4.417	15.434	18.401
Outros	-	-	3.838	2.935
Total fornecedores	<u>3.272</u>	<u>4.417</u>	<u>19.272</u>	<u>21.336</u>

## 13.2. Outras contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023
Assunção de dívida (a)	12.779	13.045	13.146	13.045
Provisão de "demurrage"	-	-	3.752	367
Provisão de estadia	-	-	2.387	3.515
Adiantamento de clientes	-	-	4.834	4.051
Outros valores a pagar	1.257	224	1.506	7.379
Total Outras contas a pagar	<u>14.036</u>	<u>13.269</u>	<u>25.625</u>	<u>28.357</u>
Circulante	8.989	7.210	20.579	22.298
Não circulante	5.047	6.059	5.046	6.059

(a) Assunção de dívidas: Em 23 de Dezembro de 2020 a Companhia teve seu controle societário alterado, deixando de fazer parte do Grupo Cantagalo e passando a ser uma das investidas de veículos geridos pela IG4 Capital. Conforme contrato entre as partes a Corredor Logística e Infraestrutura assumiu em 2020 dívidas de sua antiga Controladora após a conclusão da operação. O pagamento da dívida é dividido em 5 (cinco) anos conforme descrito no instrumento de assunção de dívidas:

- (a) 4 janelas no ano de 2021 sendo nos meses de março e maio, julho e setembro;
- (b) 4 janelas no ano de 2022 sendo nos meses de março e maio, julho e setembro;
- (c) 4 janelas no ano de 2023 sendo nos meses de março e maio, julho e setembro;
- (d) 4 janelas no ano de 2024 sendo nos meses de março e maio, julho e setembro;
- (e) 3 janelas no ano de 2025 sendo nos meses de março, maio e julho e setembro.

## 14. PASSIVO DE ARRENDAMENTO

A Companhia chegou às suas taxas de desconto, com base nas taxas médias de crédito observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à realidade da Companhia, à época da transação, a taxa obtida foi de 12% a.a. para controladora e para sua controlada foi de 14,20% a.a.

A movimentação de saldos de obrigações com arrendamentos a pagar é apresentada no quadro abaixo:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2022	89.438	184.970
Remensuração (Efeito da atualização anual pelo IPCA)	4.812	10.642
Adição	716	716
Apropriação de juros	10.824	25.962
(-) Pagamento de principal	(2.098)	(5.341)
(-) Pagamento de juros	<u>(9.531)</u>	<u>(23.993)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>94.161</u>	<u>192.956</u>
Remensuração (Efeito da atualização anual pelo IPCA)	4.269	7.953
Apropriação de juros	2.761	6.571
(-) Pagamento de principal	(757)	(1.661)
(-) Pagamento de juros	<u>(2.751)</u>	<u>(6.395)</u>
Saldo em 31 de março de 2024	<u>97.683</u>	<u>199.424</u>

A seguir é demonstrado o fluxo de pagamento por vencimento para os arrendamentos:

Maturidade dos contratos		
Vencimento das prestações	Controladora	Consolidado
2024	10.622	28.969
2025	14.435	32.973
2026	14.460	34.556
2027 até o término do contrato	146.389	316.435
Valor não descontado	185.907	412.934
(-) Juros embutido	(88.224)	(213.510)
Saldo em 31 de março de 2024	97.683	199.424

Na mensuração dos fluxos de caixas dos arrendamentos não foram destacados os créditos de impostos, sendo os efeitos potenciais de PIS / COFINS apresentados no quadro a seguir:

Fluxo de caixa	Consolidado	
	31/03/2024	Ajustado a valor presente
	Nominal	
Contraprestação do arrendamento	227.027	101.740
PIS/COFINS potencial (9,25%)	21.000	9.411

Outras divulgações:

- Para atender à orientação das áreas técnicas da CVM, previstas no Ofício-Circular CVM SNC/SEP 02/2019, a Companhia apresenta, na sequência, os impactos na mensuração e remensuração do direito de uso e do passivo de arrendamento, ao considerar em sua estimativa a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, considerando a inflação média de 6,85% a.a. (B3) para Controladora e suas subsidiárias no Brasil.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023
<u>Passivo de arrendamento</u>				
Contábil - CPC 06 R2 (IFRS 16)	97.683	94.161	199.423	192.956
Fluxo com projeção de inflação	103.370	99.775	211.033	204.188
Variação	5.687	5.614	11.610	11.232
<u>Direito de uso</u>				
Contábil - CPC 06 R2 (IFRS 16)	74.828	72.038	169.054	164.521
Fluxo com projeção de inflação	79.184	76.333	178.896	174.075
Variação	4.356	4.295	9.842	9.554
<u>Despesa financeira</u>				
Contábil - CPC 06 R2 (IFRS 16)	2.761	10.824	6.571	25.962
Fluxo com projeção de inflação	2.922	11.469	6.954	27.468
Variação	161	645	383	1.506
<u>Despesa de depreciação</u>				
Contábil - CPC 06 R2 (IFRS 16)	1.479	5.558	3.420	13.074
Fluxo com projeção de inflação	1.565	5.889	3.619	13.832
Variação	86	331	199	758

## 15. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIAS

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023
Salários e encargos	5.106	7.951	20.985	28.744
<b>Total obrigações trabalhistas</b>	<b>5.106</b>	<b>7.951</b>	<b>20.985</b>	<b>28.744</b>
IRPJ/CSLL	93	81	11.461	11.219
ICMS	-	-	1.950	1.953
PIS/COFINS	9	-	72	64
ISS	917	796	3.819	3.624
Outros impostos a recolher	1.224	637	6.605	4.954
<b>Total obrigações tributarias</b>	<b>2.243</b>	<b>1.514</b>	<b>23.907</b>	<b>21.814</b>
<b>Total obrigações</b>	<b>7.349</b>	<b>9.465</b>	<b>44.892</b>	<b>50.558</b>

## 16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

## a) Conciliação dos montantes de imposto de renda e contribuição social

A conciliação entre a alíquota nominal do imposto de renda e da contribuição social e a alíquota efetiva. A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas com a despesa de imposto de renda e contribuição social em resultado é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2024	31/03/2023	31/03/2024	31/03/2023
prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(33.089)	(87.904)	(22.279)	(73.755)
Alíquota Nominal	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL à taxa nominal combinada (34%)	11.250	29.887	7.575	25.077
Equivalência patrimonial	(1.248)	(9.862)	-	-
PAT - Programa de alimentação do trabalhador	5	-	241	46
Amortização mais valia	(2.726)	(2.726)	(2.726)	(2.726)
Juros sobre ações preferenciais	(8.334)	-	(8.334)	-
Imposto revertido sobre juros capitalizados	-	-	(3.139)	-
Crédito de imposto – não constituído	-	(17.002)	-	(30.309)
Outras diferenças permanentes, líquidas	118	-	(2.857)	343
<b>Resultado de imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(935)</b>	<b>297</b>	<b>(9.240)</b>	<b>(7.569)</b>
IRPJ/CSLL Corrente	(256)	-	(25.003)	(15.916)
IRPJ/CSLL Diferido	(679)	297	15.763	8.347
<b>Total</b>	<b>(935)</b>	<b>297</b>	<b>(9.240)</b>	<b>(7.569)</b>

## b) Composição de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das intermediárias individuais e consolidadas. As alíquotas desses impostos definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos correspondem a 25% (vinte e cinco por cento) para o imposto de renda e de 9% (nove por cento) para a contribuição social.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023
<u>Diferenças temporárias</u>				
Provisão para demandas judiciais	-	-	985	-
Provisão para participação nos resultados	377	1.179	1.509	4.609
Provisão para estoques obsoletos e crédito de liquidação duvidosa	-	-	2.465	2.465
Demais provisões (“demurrage”, estadia, riscos e outras)	-	-	8.137	5.855
Passivo de arrendamento	7.771	7.522	16.117	15.580
Amortização mais valia	-	-	36.298	29.491
Remensuração da alocação do preço de compra de investimento	-	-	14.548	12.344
Juros capitalizados	-	-	7.729	9.600
Prejuízos fiscais e base negativa	2.890	3.004	53.854	45.614
Outros	417	429	417	738
<b>Tributos diferidos - Ativos</b>	<b>11.455</b>	<b>12.134</b>	<b>142.059</b>	<b>126.296</b>
<u>Diferenças temporárias</u>				
Ágio fiscal amortizado	-	-	(22.769)	(22.769)
Revisão de vida útil de ativo imobilizado	-	-	(1.047)	(1.047)
Outros	(223)	(223)	(223)	(223)
<b>Tributos diferidos - Passivos</b>	<b>(223)</b>	<b>(223)</b>	<b>(24.039)</b>	<b>(24.039)</b>
<b>Ativo fiscal diferido, líquido</b>	<b>11.232</b>	<b>11.911</b>	<b>118.020</b>	<b>102.257</b>

A Companhia avalia a realização dos ativos fiscais diferidos ao final de cada período de apresentação das demonstrações financeiras e registra impostos diferidos ativos na medida em que seja provável que estão disponíveis lucros tributáveis futuros.

Os lucros tributáveis futuros são derivados dos planos de negócios, devidamente aprovados pelos órgãos de administração da Companhia, realizados em bases nominais, observando o período máximo de 10 anos (inferior ao período remanescente da concessão), utilizando premissas informações históricas e fontes de mercado, ajustados pela expectativa de realização das diferenças temporárias ativos e passivos, e considerando a estimativa de despesa com imposto de renda nos anos vindouros, às alíquotas vigentes, não considerando qualquer desconto ao valor presente.

Adicionalmente, conforme preconiza o CPC 32 – Tributos sobre o Lucro, oportunidades de planejamento tributário, devem ser considerados ações futuras que a entidade pode tomar a fim de criar ou aumentar o lucro tributável. Diante disso, dado a evolução dos procedimentos para incorporação da controlada indireta, EPSA, na controlada direta, CLI Sul, o qual é esperado nos próximos meses, a Administração, considerando o cenário pós incorporação, entende que é altamente provável a recuperação integral dos créditos fiscais decorrentes de prejuízos fiscais acumulados, bem como das diferenças temporárias ativas.

Na análise, a Administração considerou cenários de estresses com reduções relevantes em receitas e aumentos nas taxas de juros, sendo que todos demonstraram que os créditos serão recuperados dentro de um período inferior a 10 anos, motivo pelo qual efetuou o reconhecimento do montante integral de imposto de renda diferido ativo sobre prejuízo fiscal e diferenças temporárias na controlada CLI Sul.

A controlada EPSA não apresenta saldos de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa para a constituição de seu diferido.

O valor contábil do imposto de renda diferido ativo é revisado periodicamente pela Companhia.

A Companhia, a partir de janeiro de 2016, por meio de benefício tributário outorgado pela SUDENE, Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, com base na Instrução Normativa SRF nº 267 de 23 de dezembro de 2002, passou a ter o benefício da redução de 75% da base de cálculo do Imposto de Renda das atividades relacionadas a prestação de serviços portuários. Em 2023, a Companhia conseguiu a postergação de referido benefício até 2033.

## 17. DEBÊNTURES

	Taxa de juros (%)	Controladora		Consolidado	
		31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023
Debêntures (a)	(a)	444.295	429.342	1.493.516	1.442.627
Custos de transação		(8.060)	(8.326)	(26.807)	(25.693)
Total		<u>436.235</u>	<u>421.016</u>	<u>1.466.709</u>	<u>1.416.934</u>
Circulante		31.632	16.679	99.423	50.477
Não circulante		404.603	404.337	1.367.286	1.366.457

A movimentação das debêntures, controladora e consolidado, está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023
Saldo Inicial	421.016	419.637	1.416.934	1.223.882
Captação	-	-	-	196.000
Custos a apropriar	-	-	-	(8.174)
Custos de capitalização	266	1.063	829	2.561
Juros Incorridos	14.954	68.086	48.947	201.617
(-) Pagamento de principal	-	(4.200)	-	(12.200)
(-) Pagamento de juros	-	(63.570)	-	(186.752)
Saldo Final	<u>436.235</u>	<u>421.016</u>	<u>1.466.709</u>	<u>1.416.934</u>

Os vencimentos das debêntures registradas no passivo não circulante em 31 de março de 2024 são como segue:

Ano	Controladora 31/03/2024	Consolidado 31/03/2024
2025	20.203	59.130
2026	26.237	72.807
2027	43.037	145.606
2028 a 2031	<u>315.126</u>	<u>1.089.743</u>
Saldo Final	<u>404.603</u>	<u>1.367.286</u>

(a) Emissão debêntures

- (i) A primeira emissão de debêntures da CLI foi realizada em março de 2021 sendo integralmente liquidada em 14 de novembro de 2022 com os recursos oriundos da 2ª emissão de debêntures, conforme item (ii) abaixo, juntamente com recursos gerados pela operação.
- (ii) Em outubro de 2022, a Companhia realizou sua 2ª emissão de debêntures, no valor total de R\$420.000 (quatrocentos e vinte milhões de reais), totalmente subscritas em outubro de 2022. A emissão teve como finalidade o pagamento integral, incluindo principal, juros e demais encargos relacionados a 1ª (primeira) emissão de debêntures simples da Companhia, pagamento de dívidas bancárias e integralização de aumento de capital para pagamento de parte do preço relativo à aquisição de 80% (oitenta por cento) do capital social da Elevações Portuárias S.A. Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, constituída por 420 mil debêntures, com valor nominal unitário de R\$1.000 (mil reais). As debêntures serão amortizadas em 9 (nove) parcelas anuais e consecutivas, sendo a primeira parcela devida em 10 de outubro de 2023 e a última em 10 de outubro de 2031. A remuneração de CDI+3,5% a.a. será paga semestralmente, sempre em abril e outubro de cada ano, sendo primeiro pagamento realizado em 10 de abril de 2023.
- (iii) Em outubro de 2022, a controlada direta, CLI Sul S.A., realizou sua 1ª emissão de debêntures, no valor total de R\$800.000, totalmente subscritas em outubro de 2022. A emissão teve como finalidade o pagamento do preço relativo à aquisição de 80% (oitenta por cento) do capital de Elevações Portuárias S.A. Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, a ser convolada na espécie de garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, constituída por 800 mil debêntures, com valor nominal unitário de R\$1.000 (mil reais). As debêntures serão amortizadas em 9 (nove) parcelas anuais e consecutivas, nas respectivas datas de amortização, sendo a primeira parcela devida em 10 de outubro de 2023 e a última em 10 de outubro de 2031. A de CDI+3,2% a.a. será paga anualmente, sempre em outubro de cada ano sendo o primeiro pagamento em outubro de 2023.
- (iv) Em outubro de 2023, a controlada indireta, EPSA, emitiu sua 1ª emissão de debêntures no montante de R\$196.000, os quais os créditos imobiliários provenientes das debentures integram o lastro dos certificados de recebíveis imobiliários ("CRI"), os quais foram ofertados por meio de distribuição pública, sendo concluído a transação em 14 de novembro de 2023. As debentures possuem amortizações anuais e iguais do principal a partir de 2031 e pagamento de juros semestrais de IPCA+6,608% a.a.

No âmbito da 2ª emissão de debêntures da Companhia ("Emissora"), as obrigações de pagamento de principal, remuneração e encargos, estão garantidas pelas ações da investida indireta EPSA, controlada pela CLI Sul (investida direta), equivalentes a 26,66%, bem como por meio de cessão fiduciária de direitos creditórios de titularidade da Companhia oriundos de contrato de prestação de serviços.

No âmbito da 1ª emissão de debêntures da controlada direta, CLI Sul S.A. ("Emissora"), as obrigações de pagamento de principal, remuneração e encargos, estão garantidas pelas ações da EPSA, controlada direta da CLI Sul, equivalentes a 52% do capital social, bem como por meio de cessão fiduciária de direitos creditórios de titularidade da EPSA oriundos de contrato de prestação de serviços.

No âmbito da emissão de debêntures por certificados de recebíveis imobiliários, contam com garantia fidejussória da Companhia e de sua controladora direta, CLI Sul S.A.

(b) Cláusulas contratuais restritivas (“*covenants*”)

Os “*covenants*” associados a emissão de debêntures da Companhia e sua controlada CLI Sul e da controlada indireta, EPSA, estabelecem a manutenção de determinados indicadores financeiros dentro de parâmetros preestabelecidos, bem como indicadores não financeiros conforme cada contrato, conforme abaixo:

- (i) Segunda emissão de Debentures da Companhia tem a obrigação de manutenção da dívida líquida/EBITDA menor ou igual a 3,50, com base em suas demonstrações financeiras individuais anuais.
- (ii) Primeira Emissão de Debênture da CLI Sul S.A e EPSA tem as seguintes obrigações, apurada com base nas demonstrações financeiras consolidadas da CLI Sul.
- medição anual da Dívida Líquida/EBITDA devendo ser menor ou igual a 3,50.
  - medição semestral do Índice de cobertura do serviço da dívida (“ICSD”) consolidado, devendo ser menor de 1,20.

Na avaliação da Administração da Companhia, todas as condições restritivas e cláusulas cujos indicadores (“*covenants*” financeiros) sejam mensurados anualmente estão adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2023.

Além dos “*covenants*” financeiros, os contratos de empréstimo contêm cláusulas de “*covenants*” não financeiros, usuais no mercado, que devem ser cumpridos e atestados na mesma periodicidade dos “*covenants*” financeiros.

Não foi identificado nenhum descumprimento de “*covenants*” financeiro ou não financeiro que ensejasse vencimento antecipado dos contratos de empréstimo da Companhia.

## 18. PROVISÃO PARA RISCOS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

São reconhecidas como outras despesas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o montante foi estimado com segurança.

A avaliação da perda de probabilidade inclui as evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência, as decisões judiciais mais recentes e a relevância no sistema legal, bem como a opinião de advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas pelas circunstâncias, tais como prazo de prescrição, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. As provisões para processos judiciais resultantes de combinações de negócios são estimadas a valor justo.

	Provisão para demanda judiciais	
	Consolidado	
	31/03/2024	31/12/2023
Tributárias	2.500	2.391
Cíveis, regulatórias e ambientais	31.935	30.328
Trabalhistas	29.072	28.198
	<u>63.507</u>	<u>60.917</u>

Composição dos depósitos judiciais, é conforme segue:

	Depósitos judiciais	
	Consolidado	
	31/03/2024	31/12/2023
Tributárias	535	483
Cíveis, regulatórias e ambientais	4.269	2.476
Trabalhistas	1.651	931
	<u>6.455</u>	<u>3.890</u>

A movimentação em 31 de março de 2024 referente a provisão para riscos tributários, trabalhistas, cíveis, regulatórios e ambientais, classificados como perda provável, é apresentada abaixo:

	Tributárias	Cíveis e outros	Trabalhistas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.965	34.280	33.151	69.396
Adição de provisão	426	1.259	1.322	3.007
Reversão de provisão	-	(5.189)	(3.462)	(8.651)
Pagamento	-	(22)	(2.813)	(2.835)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>2.391</u>	<u>30.328</u>	<u>28.198</u>	<u>60.917</u>
Adição de provisão	2	17	78	97
Atualização monetária	107	1.590	796	2.493
Saldo em 31 de março de 2024	2.500	31.935	29.072	63.507

#### Perdas possíveis

A Companhia e suas controladas possuem contingências de classe tributária, trabalhistas, cíveis, regulatórias ou ambientais, cuja expectativa de perda são classificadas como possíveis no montante de R\$87.756 (R\$89.998 em 31 de dezembro de 2023).

As contingências possíveis na Controladora, em 31 de março de 2024 totalizam o montante de R\$6.137 (R\$5.244 em 31 de dezembro de 2023).

Composição das perdas possíveis, é conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2024	31/12/2023	31/12/2023	31/12/2023
Tributárias (i)	2.000	2.000	13.579	6.536
Cíveis, regulatórias e ambientais	581	553	57.362	64.437
Trabalhistas	3.556	2.691	16.815	19.025
Total	<u>6.137</u>	<u>5.244</u>	<u>87.756</u>	<u>89.998</u>

- (i) Mandado de Segurança com o objetivo de excluir o valor do ISS da base de cálculo da Contribuição ao PIS e da COFINS nas apurações. A Companhia aguarda remessa dos autos ao TRF3.

## 19. AÇÕES PREFERENCIAIS RESGATÁVEIS E CONVERSÍVEIS

As ações preferenciais resgatáveis e conversíveis em 31 de março de 2024 e 31 de dezembro de 2023 é de R\$505.782 de principal reconhecido no passivo não circulante. No período de três meses findo em 31 de março de 2024, incorreu-se em juros de R\$26.387 reconhecido no passivo na controladora e consolidado. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, incorreu-se em juros de R\$83.876, sendo pago o montante de R\$82.000, restando saldo em aberto a pagar de R\$1.876 na controladora e consolidado.

Estas ações preferenciais emitidas têm as seguintes características:

- Prioridade no recebimento de Dividendos: As Ações Preferenciais garantirão aos seus titulares a prioridade no recebimento de dividendos fixos e cumulativos anuais, calculados com base na variação positiva do índice de Preços ao Consumidor — Amplo, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ou índice de inflação que o substituir ("IPCA"), acrescido de um spread de 10%(dez por cento) ao ano, incidentes sobre o valor nominal das Ações Preferenciais, sem direito a participar das distribuições do lucro remanescente da Companhia ("Dividendos Prioritários").
- Prioridade no reembolso de capital: as Ações Preferenciais terão prioridade no reembolso de capital, seja decorrente de amortização das ações ou da liquidação da Companhia, sobre as Ações Ordinárias e quaisquer outras ações ou títulos com direito a voto emitidos pela Companhia.
- Direito a Voto: As Ações Preferenciais terão direito a voto restrito.
- Resgate: As Ações Preferenciais poderão ser resgatadas, a critério exclusivo da Companhia, após 14 de novembro de 2031, por um preço por ação igual ao valor nominal das Ações Preferenciais acrescido de quaisquer Dividendos Prioritários não pagos.
- Conversão em Ações Ordinárias: As ações preferenciais serão conversíveis em Ações Ordinárias após 14 de novembro de 2032, a critério dos titulares das Ações Preferenciais, observada a relação de troca obtida pela divisão (i) do valor nominal das Ações Preferenciais acrescido de quaisquer Dividendos Prioritários não pagos (calculados na forma da alínea anterior); (ii) pelo valor justo de mercado por Ação Ordinária da Companhia (que, para fins de tal cálculo, será atribuído exclusivamente às Ações Ordinárias).
- Exclusão de Direito de Preferência: As Ações Preferenciais não terão direito de preferência para participar de aumentos de capital da Companhia decorrentes da capitalização de lucros ou reservas.
- As ações preferenciais resgatáveis não constituem dívida para fins de cálculo de "covenants" financeiros.

## 20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### 20.1. Capital Social subscrito

Em 17 de novembro de 2023, em Assembleia Geral Extraordinária, foi deliberado os seguintes atos:

- i. Criação de ações preferencias classe B, sem valor nominal, sem direito a voto, resgatáveis e com prioridade no reembolso de capital.

- ii. Conversão de 82.696.608 ações ordinárias em 82.696.608 ações preferencias classe B, à razão de 1 ação ordinária para cada 1 ação preferencial classe B, que foram atribuídas aos acionistas da seguinte forma:
  - a) 28.406.285 ações preferencias classe B ao acionista PE SOPP Fundo de Investimento em Participações II Multiestratégia Investimentos no Exterior.
  - b) 12.942.019 ações preferencias classe B ao acionista SOPP INFRA I Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.
  - c) 41.348.304 ações preferencias classe B ao acionista Brasil Terminais Logísticos Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.
- iii. Em seguida e na mesma data, foi aprovado o resgate e conseqüente cancelamento de todas as ações classe B mencionadas no item acima, retirando-as definitivamente de circulação, mediante a utilização de montante alocado à conta de Reserva de Capital da Companhia para pagamento aos acionistas no montante de R\$380.000.

Esse montante foi integralmente liquidado em 26 de dezembro de 2023.

Após as movimentações mencionada acima, demonstramos abaixo a posição acionária em 31 de março de 2024 em 31 de dezembro de 2023.

	31/03/2024				31/12/2023			
	Quantidade de ações e respectivo percentual (em unidades)							
	ON	%	PN	%	ON	%	PN	%
PE SOPP Fundo de Investimentos em Participações II Multiestratégia no Exterior	56.655.179	34%	-	0%	56.655.179	34%	-	0%
SOPP INFRA I Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia	25.822.526	16%	-	0%	25.822.526	16%	-	0%
Fundo de Investimento Brasil Terminais Logísticos Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia	82.477.705	50%	11.239.603	100%	82.477.705	50%	11.239.603	100%
	<u>164.955.410</u>	<u>100%</u>	<u>11.239.603</u>	<u>100%</u>	<u>164.955.410</u>	<u>100%</u>	<u>11.239.603</u>	<u>100%</u>

O capital social da Companhia em 31 de março de 2024 e 31 de dezembro de 2023 está dividido em (a) 164.955.410 ações ordinárias sem valor nominal ('ON') e; (b) 11.239.603 ações preferenciais, nominativas, com valor nominal de R\$45,00 cada.

## 20.2. Reserva de Lucros

### 20.2.1. Reserva de retenção de lucros

Os lucros remanescentes após as destinações estatutárias (reserva legal, reserva de incentivos fiscais e dividendos) são apresentados nesta reserva, tais valores terão sua destinação deliberada em Assembleia Geral.

### 20.2.2. Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

### 20.2.3. Reserva de incentivos fiscais

É constituída mediante destinação de parcela do resultado do exercício equivalente aos incentivos fiscais em conformidade a Lei das Sociedades por Ações. Essa reserva somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos, e deve ser reconstituída no primeiro lucro subsequente ou aumento de capital.

## 20.3. Pagamento de dividendos e redução de participação de minoritários por redução de capital em controladas

O Conselho de Administração da controlada indireta Elevações Portuárias S.A., em 20 de outubro de 2023, aprovou a distribuição de dividendos intercalares de R\$94.800 aos seus acionistas, tendo sido pago o montante de R\$18.959 a participação de não controladores.

Em Assembleia Geral Extraordinária da Elevações Portuárias S.A. realizada 26 de outubro de 2023, foi deliberado a redução de capital social mediante a restituição de capital às suas acionistas no montante de R\$495.200, tendo sido restituído a minoritários o montante de R\$99.039 em 26 de dezembro de 2023

O Conselho de Administração da controlada indireta, Elevações Portuárias S.A., em 21 de fevereiro de 2024, recomendou a distribuição de dividendos adicionais referente ao exercício de 2023 no montante de R\$27.500, tendo sido atribuído a minoritários o montante de R\$5.500. O montante integral foi pago em março de 2024, nas mesmas proporções supracitado.

## 21. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido ou (prejuízo) do período atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no período.

	Controladora	
	31/03/2024	31/03/2023
Prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia	(34.024)	(87.607)
Média ponderada de ações para fins de cálculo de lucro básico por ação (milhares)	164.955	247.652
Efeito das ações ordinárias potenciais dilutivas – Ações preferenciais resgatáveis (milhares)	11.240	-
Efeito das ações ordinárias potenciais dilutivas – Plano de opções de ações (milhares)	3.219	2.972
Resultado básico por ação – R\$	(0,21)	(0,35)
Resultado diluído por ação – R\$	(0,21)	(0,35)

O resultado por ação diluído é calculado ajustando-se o lucro ou prejuízo e a quantidade de ações ordinárias em circulação levando-se em conta a conversão de todas as ações potenciais com efeito de diluição (instrumentos patrimoniais ou contratos capazes de resultar na emissão de ações tais como planos de opção de ações como os divulgados na nota explicativa nº 6 e nº 19). As ações ordinárias potenciais devem ser tratadas como diluidoras somente quando a sua conversão em ações ordinárias possa diminuir o lucro por ação ou aumentar o prejuízo por ação proveniente das operações continuadas. Em 31 de março de 2024, dado que a diluição resultaria numa redução do prejuízo do período, as ações ordinárias potenciais dilutivas não foram consideradas da terminação do resultado diluído por ação.

## 22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros são os seguintes:

	Classificação por Categoria	Nível	Consolidado	
			31/03/2024	
			Contábil	Valor justo
<u>Ativos financeiros</u>				
Caixa e equivalente de caixa	Custo amortizado	-	409.250	409.250
Contas a receber	Custo amortizado	-	16.920	16.920
Partes relacionadas	Custo amortizado	-	21.210	21.210
Outros créditos	Custo amortizado	-	2.199	2.199
Total			<u>449.579</u>	<u>449.579</u>
<u>Passivos</u>				
Debêntures	Custo amortizado	-	1.466.709	1.511.077
Fornecedores	Custo amortizado	-	19.272	19.272
Arrendamento	Custo amortizado	-	199.424	199.424
Partes relacionadas	Valor justo contra o resultado	Nível 2	202.604	202.604
Ações preferenciais	Custo amortizado	Nível 2	532.169	469.337
Outras contas a pagar	Custo amortizado	-	25.625	25.625
Total			<u>2.445.803</u>	<u>2.427.339</u>

O valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais. Para os títulos que os juros são pós-fixados (debêntures e caixa e equivalentes de caixa), o valor justo aproximam-se do custo amortizado. A Companhia não possui títulos com juros pré-fixados.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são: Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos; Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial, risco de volatilidade no preço das ações, risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez.

Abaixo é apresentado a natureza e extensão dos riscos:

#### 22.1. Risco de crédito

A política de vendas da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber.

#### 22.2. Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria.

#### 22.3. Risco de mercado

##### a) Risco com taxa de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado, bem como o passivo junto ao poder concedente.

##### Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros

A Administração se baseou nas taxas divulgadas pela B3 para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros. Como estimativa de cenário mais provável, a Administração considerou as taxas das operações de dívidas referenciadas no CDI e os índices acumulados dos últimos 12 meses para as obrigações baseadas no IPCA e IGP-M. Estimou-se valorização adicional de 25% e 50% respectivamente para os cenários II e III para os próximos 12 meses, das taxas no cenário provável.

Operação	Risco	Taxa	Exposição	Controladora		
				31/03/2024		
				Cenário Provável I	Cenário Provável II	Cenário Provável III
<u>Ativos financeiros</u>						
Aplicações financeiras	CDI	9,85%	107.079	10.547	13.184	15.821
Subtotal			107.079	10.547	13.184	15.821
<u>Passivos financeiros</u>						
Passivo com arrendamentos	IPCA	3,66%	97.683	3.571	4.464	5.357
Empréstimos, financiamentos e debêntures	CDI	9,85%	436.235	42.969	53.711	64.454
Subtotal			533.918	46.540	58.175	69.811
Total, líquido			(426.839)	(35.993)	(44.991)	(53.990)

  

Operação	Risco	Taxa	Exposição	Consolidado		
				31/03/2024		
				Cenário Provável I	Cenário Provável II	Cenário Provável III
<u>Ativos financeiros</u>						
Aplicações financeiras	CDI	9,85%	363.670	35.821	44.776	53.732
Subtotal			363.670	35.821	44.776	53.732
<u>Passivos financeiros</u>						
Passivo com arrendamentos	IPCA	3,66%	199.424	7.291	9.114	10.937
Empréstimos, financiamentos e debêntures	IPCA	3,66%	196.165	7.172	8.965	10.758
Empréstimos, financiamentos e debêntures	CDI	9,85%	1.270.544	125.149	156.436	187.724
Subtotal			1.666.133	139.612	174.515	209.419
Total, líquido			(1.302.463)	(103.791)	(129.739)	(155.687)

## b) Risco de Liquidez

A Companhia monitora permanentemente o risco de escassez de recursos e mantém o planejamento de liquidez corrente, com o objetivo de manter em seu ativo saldo de caixa e investimentos de alta liquidez, flexibilidade por meio de linhas de créditos para empréstimos bancários, além da capacidade para tomada de recursos por meio do mercado de capitais de modo a garantir sua continuidade operacional. O prazo médio de endividamento é monitorado de forma a prover liquidez no curto prazo, analisando parcela, encargos e fluxo de caixa.

A seguir, estão apresentadas as maturidades contratuais de ativos e passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados:

<u>Controladora</u>						
	<u>Até 1 ano</u>	<u>Até 2 anos</u>	<u>Acima de 3 anos</u>	<u>Total de fluxo de caixa contratual esperado (valores nominais)</u>	<u>Juros a Incorrer</u>	<u>Valor Contábil em 31/03/2024</u>
Passivos financeiros:						
Fornecedores	3.272	-	-	3.272	-	3.272
Debêntures	62.584	78.750	616.427	757.761	321.526	436.235
Passivos com arrendamentos	10.622	28.895	146.390	185.907	88.224	97.683
Ações preferenciais resgatáveis	75.002	72.389	916.110	1.063.501	531.332	532.169
Partes relacionadas	-	2.757	-	2.757	-	2.757
Outras contas a pagar	8.989	5.047	-	14.036	-	14.036
	<u>160.469</u>	<u>187.838</u>	<u>1.678.927</u>	<u>2.027.234</u>	<u>941.082</u>	<u>1.086.152</u>
<u>Consolidado</u>						
	<u>Até 1 ano</u>	<u>Até 2 anos</u>	<u>Acima de 3 anos</u>	<u>Total de fluxo de caixa contratual esperado (valores nominais)</u>	<u>Juros a Incorrer</u>	<u>Valor Contábil em 31/03/2024</u>
Passivos financeiros:						
Fornecedores	19.272	-	-	19.272	-	19.272
Partes relacionadas	201.762	2.757	-	204.519	-	204.519
Passivo com Arrendamentos	28.969	67.529	316.437	412.935	213.511	199.424
Ações preferenciais resgatáveis	75.002	72.389	916.110	1.063.501	531.332	532.169
Debêntures	207.617	250.411	2.122.486	2.580.514	1.113.805	1.466.709
Outras contas a pagar	20.580	5.047	-	25.627	-	25.627
	<u>553.202</u>	<u>398.133</u>	<u>3.355.033</u>	<u>4.306.368</u>	<u>1.858.648</u>	<u>2.447.720</u>

c) Risco com taxa de câmbio

Em 31 de março de 2024, os saldos denominados em moeda estrangeira estavam sujeitos à efeitos de conversão. Os ativos e passivos com exposição a flutuação das taxas de câmbio registrados no balanço patrimonial são demonstrados no quadro a seguir:

	<u>Controladora</u> <u>31/03/2024</u>	<u>Consolidado</u> <u>31/03/2023</u>
Ativo		
Caixas e equivalentes de caixa	12.367	28.164
Clientes estrangeiros	1.954	5.351
Fornecedores estrangeiros	-	(1.824)
Total	<u>14.321</u>	<u>31.691</u>

A seguir estão demonstradas as perdas que teriam sido reconhecidas no resultado do período findo em 31 de março de 2024 de acordo com os seguintes cenários:

	Controladora			
	4,9959	5,0481	6,2453	7,4943
	Exposição US\$ mil	Cenário provável	Cenário I Depreciação - 25%	Cenário I Depreciação - 50%
<b>Ativos em dólar</b>				
Caixas e equivalentes de caixa	2.475	127	3.090	6.181
Clientes estrangeiros	391	20	488	976
	<u>2.866</u>	<u>147</u>	<u>3.578</u>	<u>7.157</u>
	Consolidado			
	4,9959	5,0481	6,2453	7,4943
	Exposição US\$ mil	Cenário provável	Cenário I Depreciação - 25%	Cenário I Depreciação - 50%
<b>Ativos em dólar</b>				
Caixas e equivalentes de caixa	5.637	292	7.040	14.081
Clientes estrangeiros	1.071	56	1.338	2.675
Fornecedores estrangeiros	(365)	(19)	(456)	(911)
	<u>6.343</u>	<u>329</u>	<u>7.923</u>	<u>15.845</u>

O cenário provável considera as taxas futuras do dólar norte-americano para 90 dias, conforme cotações obtidas na B3 em 30 de setembro de 2023 e alinhada aos primeiros vencimentos dos instrumentos financeiros com exposição ao câmbio (R\$5,0481 / US\$1,00).

Os cenários I e II consideram uma queda do dólar norte-americano de 25% (R\$6,2453 / US\$1,00) e de 50% (R\$7,4943 / US\$1,00), respectivamente. A Administração utiliza o cenário provável na avaliação das possíveis mudanças na taxa de câmbio e apresenta o referido cenário em atendimento à IFRS 7/ CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

## 23. RECEITA OPERACIONAL

Composição:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2024	31/03/2023	31/03/2024	31/03/2023
Mercado Interno	17.070	6.092	98.714	69.068
Mercado Externo	19.924	23.183	114.003	90.457
Total de receita bruta	<u>36.994</u>	<u>29.275</u>	<u>212.717</u>	<u>159.525</u>
Impostos sobre serviços prestados e vendas	(1.746)	(2.027)	(18.034)	(11.450)
Total de receita líquida	<u>35.248</u>	<u>27.248</u>	<u>194.683</u>	<u>148.075</u>

## 24. DESPESAS E CUSTOS POR NATUREZA

Composição das informações sobre as despesas e custos por natureza são apresentadas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2024	31/03/2023	31/03/2024	31/03/2023
Matérias-primas e produtos	(596)	(607)	(8.100)	(4.920)
Despesa com pessoal	(4.117)	(3.806)	(35.952)	(23.940)
Serviços de terceiros	(2.706)	(17.722)	(8.376)	(22.748)
Despesas com elevação	(2.870)	(2.713)	(20.193)	(20.297)
Gastos com rateio corporativo	-	-	(694)	(866)
Gastos com manutenção periódica	-	-	(7.601)	(3.756)
Depreciação e amortização	(12.760)	(12.549)	(53.084)	(52.952)
Efeitos de atualização de saldo a pagar em combinação de negócios	-	-	(6.482)	(10.030)
Outras despesas	(1.280)	(2.059)	(5.022)	(4.897)
<b>Total</b>	<b>(24.329)</b>	<b>(39.456)</b>	<b>(145.504)</b>	<b>(144.406)</b>
Custos dos serviços prestados	(19.172)	(18.955)	(86.141)	(82.394)
Despesas gerais, administrativas e comerciais	(5.336)	(19.511)	(28.039)	(23.760)
Outras receitas (despesas) operacionais	179	(990)	(31.324)	(38.252)
<b>Total</b>	<b>(24.329)</b>	<b>(39.456)</b>	<b>(145.504)</b>	<b>(144.406)</b>

## 25. RESULTADO FINANCEIRO

Composição:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2024	31/03/2023	31/03/2024	31/03/2023
<b>Receitas Financeiras</b>				
Receita sobre aplicação financeira	1.824	3.932	8.356	17.854
Outras receitas financeiras	230	-	715	-
<b>Total das Receitas Financeiras</b>	<b>2.054</b>	<b>3.932</b>	<b>9.071</b>	<b>17.854</b>
Juros sobre empréstimos obtidos	(14.954)	(17.772)	(49.154)	(50.993)
Juros apropriados de passivo de arrendamento	(2.761)	(2.713)	(6.571)	(6.320)
Juros sobre tributos	-	-	(630)	(4.974)
Encargos financeiros sobre ações preferenciais	(24.510)	(29.263)	(24.510)	(29.263)
Outras despesas financeiras	(519)	(647)	(616)	(2.902)
<b>Total das Despesas Financeiras</b>	<b>(42.744)</b>	<b>(50.395)</b>	<b>(81.481)</b>	<b>(94.452)</b>
Variação Cambial Líquida	354	(226)	952	(826)
<b>Total Resultado Financeiro</b>	<b>(40.336)</b>	<b>(46.689)</b>	<b>(71.458)</b>	<b>(77.424)</b>

## 26. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é o Diretoria Executiva, também responsável pela tomada das decisões estratégicas da Companhia.

A atividade de negócio da Companhia consiste em soluções logísticas integradas para movimentação e elevação portuária, bem como operação gestão logística e de armazenamento de grãos, que são divididas em duas concessões público-privadas distintas, o Terminal de Grãos do Maranhão ("Consortio Tegram-Itaqui - TEGRAM") e a concessão de serviços de terminais portuários no Porto de Santos (EPSA).

As operações da Companhia estão separadas geograficamente, sendo seus resultados avaliados pela Diretoria Executiva da Companhia de forma distinta.

Com este cenário, a Companhia concluiu que as informações preparadas e analisadas individualmente pela Diretoria da Companhia, principal tomador de decisões operacionais de cada concessão - responsável pela alocação de recursos e avaliação de desempenho das mesmas - considera a seguintes informações financeiras de seus dois segmentos operacionais:

- Operação Norte.
- Operação Sul.

O principal tomador de decisões de cada operação da Companhia não analisa determinadas contas patrimoniais segregadas por segmento operacional. Desta forma, essas informações segmentadas não estão sendo apresentadas.

A principal métrica de desempenho avaliado pela Companhia para gestão dos segmentos operacionais é o EBITDA. O EBITDA é definido como o lucro/(prejuízo) mais depreciação, amortização, resultado financeiro (líquido), variação cambial (líquida) impostos sobre o Lucro.

Nas tabelas a seguir há demonstração financeira sumarizada relacionada aos segmentos das operações da Companhia para 31 de março de 2024 e em 31 de março de 2023:

	31/03/2024						
	Reconciliação ao prejuízo líquido do período						
	Receita Líquida(*)	Custo dos serviços prestados(*)	EBITDA(*)	Depreciação/amortização	Resultado Financeiro Líquido	Impostos sobre Lucro	Prejuízo
Operação Norte	35.248	(19.172)	20.007	(12.760)	(40.336)	(935)	(34.024)
Operação Sul (i)	159.435	(66.969)	78.854	(40.324)	(31.122)	(8.305)	(1.167)
Eliminação equivalência	-	-	3.672	-	-	-	3.672
Consolidado	194.683	(86.141)	102.263	(53.084)	(71.458)	(9.240)	(31.519)

	31/03/2023						
	Reconciliação ao prejuízo líquido do período						
	Receita Líquida(*)	Custo dos serviços prestados(*)	EBITDA(*)	Depreciação/amortização	Resultado Financeiro Líquido	Impostos sobre Lucro	Prejuízo
Operação Norte	27.248	(18.955)	(28.666)	(12.549)	(46.689)	297	(87.607)
Operação Sul (i)	120.827	(63.439)	56.279	(40.402)	(30.735)	(7.866)	(22.724)
Eliminação equivalência	-	-	29.007	-	-	-	29.007
Consolidado	148.075	(82.394)	56.620	(52.951)	(77.424)	(7.569)	(81.324)

(\*) Informações revisadas pela Diretoria Executiva.

## 27. EVENTOS SUBSEQUENTES

### Pagamento de juros das debêntures

Em 9 de abril de 2024 a Companhia realizou o pagamento de juros referente a 2ª emissão de debêntures, no montante de R\$30.412.

### Incorporação EPSA

Em 30 de abril de 2024, em Assembleia Geral Extraordinária das controladas, CLI Sul e EPSA, foi deliberado a incorporação da EPSA pela CLI Sul. Com isso, a EPSA foi extinta nessa data, passando todos os bens, direitos e obrigações para a CLI Sul, sua sucessora.

A Relação de troca de ações de emissão da EPSA por ações ordinárias de emissão da CLI Sul foi de 1 ação da EPSA para 3,068 ações da CLI Sul (108.750.125 novas ações) que foram atribuídas à nova acionista Rumo S.A., representando 20% de ações de emissão da CLI Sul.

A incorporação visa a simplificação da estrutura societária da Companhia e, com isso, ganho de benefícios organizacionais, econômicos e financeiros para os acionistas e, ao mesmo tempo, permite a realocação de ativos e passivos com maior eficiência.

Em consonância com a incorporação, nessa mesma data foi pago a Rumo S.A. o montante de R\$168.855, conforme mencionado na nota explicativa nº 6.

### Aditivo ao contrato de arrendamento da EPSA

Em 30 de abril de 2024, foi concluída a assinatura do aditivo ao contrato de arrendamento celebrado entre a União e a EPSA para utilização do espaço portuário nos termos da concessão. O aditivo teve por objeto a formalização da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de arrendamento por meio de novos investimentos estimados em R\$564.000, a serem realizados no prazo máximo de 5 anos, bem como de alteração nos valores pagos a título de arrendamento fixo e variável. Além das mudanças acima, o aditivo formalizou a transferência do contrato de arrendamento da EPSA para a CLI Sul.

## 28. APROVAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para publicação em 9 de maio de 2024.

---